



OCDE

Conduta Empresarial
Responsável: reunião
do grupo de trabalho e
avaliação por pares

IV Encontro da Rede
sobre Governo Aberto
e Inovador na América
Latina e Caribe

WGB elege nova
presidente

OCDE discute diretrizes
sobre governança e
integridade em estatais



RTA

Avança o projeto
voltado a grupos
em situação de
vulnerabilidade



ONU

Reunião da Plataforma
Regional para América do Sul
e México para Aceleração da
Implementação da Uncac



OEA

Mesicic: Relatório de
progresso e experiências em
proteção ao denunciante



G20

Grupo Anticorrupção realiza a
primeira reunião de 2022



NOTÍCIAS DA INTRACGU

Clique nas chamadas e leia na IntraCGU

[CGU e OEI lançam publicação em
comemoração ao Dia Nacional do Ouvidor](#)

ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL

INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS

CGU compartilha experiência com o Banco Mundial

O Banco Mundial promoveu uma reunião para debater o cadastro de Pessoas Politicamente Expostas (PEPs) mantido pela CGU. A reunião ocorreu no dia 23 de fevereiro de 2022. Na ocasião, representantes da Diretoria de Pesquisas e Informações Estratégicas da Secretaria de Combate à Corrupção

expuseram a metodologia utilizada para a consolidação das informações deste cadastro. O Banco Mundial busca experiências realizadas por diversos países em relação ao tema, dada sua relevância no âmbito das ações de prevenção e combate à corrupção e lavagem de dinheiro.

VOCÊ ESTÁ AQUI: [INÍCIO](#) » [DADOS ABERTOS](#) » [PLANILHAS](#)

Pessoas expostas politicamente

Nesta seção está disponível o cadastro, em formato aberto, de agentes públicos que desempenham ou tenham desempenhado, nos últimos cinco anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes.

Tem como fonte vários setores/entidades da Administração Pública, tais como: TCU, Câmara Federal, Senado Federal, Ministério da Economia, CGU e outros.

Os arquivos abaixo apresentam:

CPF; Nome; Sigla Função; Descrição Função; Nível Função; Nome Órgão; Data Início Exercício; Data Fim Exercício; Data Fim Carência

Atualização dos arquivos: Periodicamente

Modelo do nome do arquivo: AAAAMM_Dirigentes.csv

Origem das informações: CGU - Controladoria-Geral da União

Categorias no VCGE: [Recursos Humanos](#)

Exercícios Disponíveis

Os dados do cadastro ficam disponíveis em formato aberto no Portal da Transparência

Desde 2013, originalmente como um produto da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, o Brasil, por meio da CGU, mantém o cadastro de PEPs mensalmente atualizado. As informações são repassadas às instituições financeiras pelo Conselho de Controle de Atividades

Financeiras (COAF).

Recentemente, foi criado um sistema para aprimoramento do mecanismo de recebimento dos dados dos órgãos e instituições, além de ter sido atualizada a legislação que estabelece quem se enquadra na definição de PEP pelo Banco Central e pelo COAF.

CONDUTA EMPRESARIAL

Workshop em apoio ao plano de ação do Brasil

No dia 03 de março, a CGU, representada pela Diretoria de Promoção da Integridade, participou de *workshop* organizado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em parceria com o Instituto Dinamarquês para os Direitos Humanos. O objetivo do evento foi apoiar a elaboração do [Plano de Ação em Condução Empresarial Responsável \(PACER\)](#) pelo governo federal brasileiro.

Em 2020, o Ministério da Economia aprovou a Resolução nº 2/2020, que atribuiu o mandato para a elaboração do Plano. O PACER foi definido como “um plano para a construção e coordenação de iniciativas governamentais e empresariais que promovam as diretrizes de Condução Empresarial Responsável,

cujas políticas públicas já são implementadas ou serão instituídas pelos instrumentos de planejamento e orçamento do Governo Federal.”

No *workshop*, foram realizados exercícios sobre a identificação de prioridades e o desenvolvimento de ações mensuráveis e de impacto, com base nas experiências de outros países e no referencial teórico da OCDE.

Para a CGU, é importante apoiar e acompanhar o processo de desenvolvimento do Plano, uma vez que a condução empresarial responsável abarca o gerenciamento de riscos à integridade, envolvendo a adoção de medidas para promover a integridade nas relações público-privadas e a transparência por parte das empresas.

LANÇAMENTO

CGU participa do lançamento da Avaliação de Governo Aberto da Romênia

A CGU participou do lançamento da Avaliação de Governo Aberto da Romênia pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), no dia 17 de março de 2022. O evento, realizado por videoconferência, contou com a participação de representantes do governo e da sociedade civil romenos e dos governos da Espanha e do Brasil.

Na ocasião, o coordenador-geral de Governo Aberto e Transparência, Rogerio Vieira dos Reis, compartilhou alguns apontamentos sobre a experiência brasileira. Ele trouxe breve histórico das ações de transparência, acesso à informação e governo aberto já

consolidadas no país. O servidor relatou a condução das etapas da Avaliação de Governo Aberto realizada pela OCDE no Brasil, destacando a interação colaborativa realizada durante todas as fases do processo, bem como os resultados alcançados e a qualidade da fundamentação das recomendações propostas preliminarmente pela Organização.

Reis indicou que a implementação das recomendações irá impactar fortemente na condução da política de governo aberto no país. Em sua análise, o principal desafio da CGU será "coordenar ações que serão executadas por diferentes órgãos públicos de forma harmoniosa e integrada".

COMPLIANCE

Conferência discute efetividade de programas nos Estados Unidos

Representando a CGU, servidores da Coordenação Geral de Integridade Privada participaram, nos dias 24 e 25 de março de 2022, da *NYU PCCE's Spring 2022 Compliance Conference: Assessing Effective Compliance*. A conferência, realizada virtualmente, no âmbito do programa da Faculdade de Direito da Universidade de Nova Iorque, tratou de diversos aspectos de como garantir efetividade em programas de *compliance*. A conferência contou com palestrantes da área acadêmica, de órgãos de

estado dos Estados Unidos, como o Departamento de Justiça (DoJ, da sigla em inglês) e a Rede de Combate a Crimes Financeiros (FinCEN, da sigla em inglês), representantes de empresas e de monitores externos que atuam ou atuaram na implementação e aprimoramento de programas de *compliance* de empresas sancionadas pelo DoJ.

Os painéis trataram de temas como análises de dados em *compliance*, efetividade de programas de *compliance*

em empresas, como os monitores testam a eficiência desses programas, a interação entre inteligência artificial e área de *compliance*, e a criação de cultura corporativa de *compliance* no nível dos empregados e da média gerência. Houve, ainda, a apresentação do DoJ sobre a nova forma de realizar as avaliações e os monitoramentos dos programas de *compliance* e da FinCEN sobre as

demandas de programas de *compliance* para instituições financeiras.

A participação no evento foi uma oportunidade para verificar como estão sendo discutidos temas relevantes como efetividade de programas de integridade e cultura corporativa de *compliance* nos Estados Unidos, a fim de ampliar esse debate também no Brasil.

RESPOSTA À COVID-19

CGU apresenta avanços sobre medidas de proteção ao denunciante

No dia 31 de março de 2022, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (Unodc), no âmbito do projeto global “Resposta e Recuperação Anticorrupção à Covid-19”, promoveu debate acerca da “Proteção ao Reportante no Brasil e seus impactos no setor de saúde”.

O evento contou com participação da CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União, e de especialistas brasileiros na matéria. Com transmissão pelo canal

do [Unodc Brasil no YouTube](#), a CGU apresentou os principais avanços e desafios na implementação das medidas de proteção a denunciante no Brasil no âmbito de políticas públicas, bem como apresentou dados mais recentes sobre o assunto. Também houve a oportunidade de discussão acerca do impacto de questões de gênero no processo de denúncia e, em especial, na repercussão em ações de retaliação.

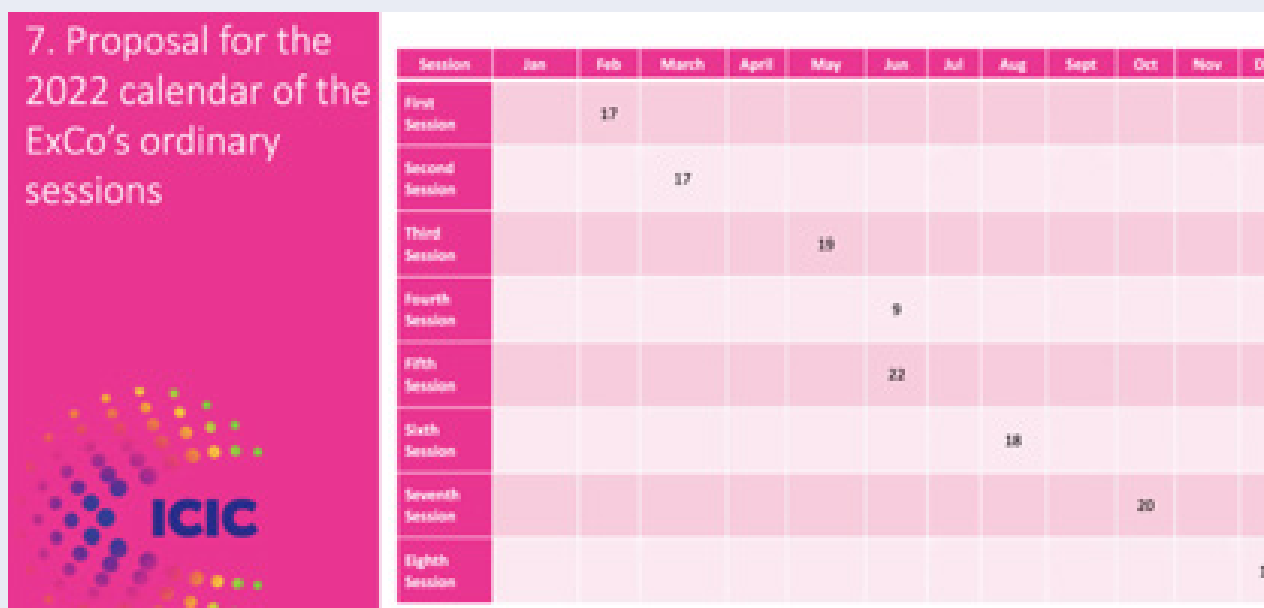
Diálogos Técnicos

BOAS PRÁTICAS DE INTEGRIDADE em compras públicas e proteção ao reportante no setor de saúde pós-Covid-19

FOROS E REUNIÕES INTERNACIONAIS

ICIC

COMITÊ EXECUTIVO: Preparativos para a próxima conferência e acreditação de novos membros



Registro da reunião da primeira reunião do ICIC de 2022

Em 17 de fevereiro de 2022, a Controladoria-Geral da União, por meio da Ouvidoria-Geral da União, participou da primeira reunião ordinária de 2022 do Comitê Executivo da Conferência Internacional de Comissários de Acesso à Informação (ICIC, da sigla em inglês), do qual é membro. Na oportunidade, a presidência da ICIC apresentou informações sobre o exílio da Comissária de Acesso à Informação do Afeganistão. Houve, na reunião, deliberação a respeito da composição do comitê de planejamento da Conferência de 2022, que acontecerá entre 22 e 24 de junho, no México, e quanto ao formato híbrido desse evento. O calendário para a escolha das sedes das Conferências de 2023 e 2024 e o calendário de reuniões do Comitê Executivo da ICIC em 2022

foram aprovados, assim como ocorreu a acreditação da República da Croácia para ingresso na ICIC.

Já no dia 17 de março, houve a segunda reunião ordinária de 2022 do mesmo Comitê. A Ouvidoria-Geral da União representou a CGU e, na oportunidade, foi comunicado o andamento dos preparativos para a próxima Conferência. Houve também a chamada de membros para a composição dos grupos de trabalho da ICIC. Ficou acordada a formação de quatro grupos de trabalho: Transparência por desenho; Jurisprudência; Capacitação e Gênero e Pessoas em Situação de Vulnerabilidade. O Comitê deliberou, ainda, sobre novas creditações de membros da ICIC.

OCDE

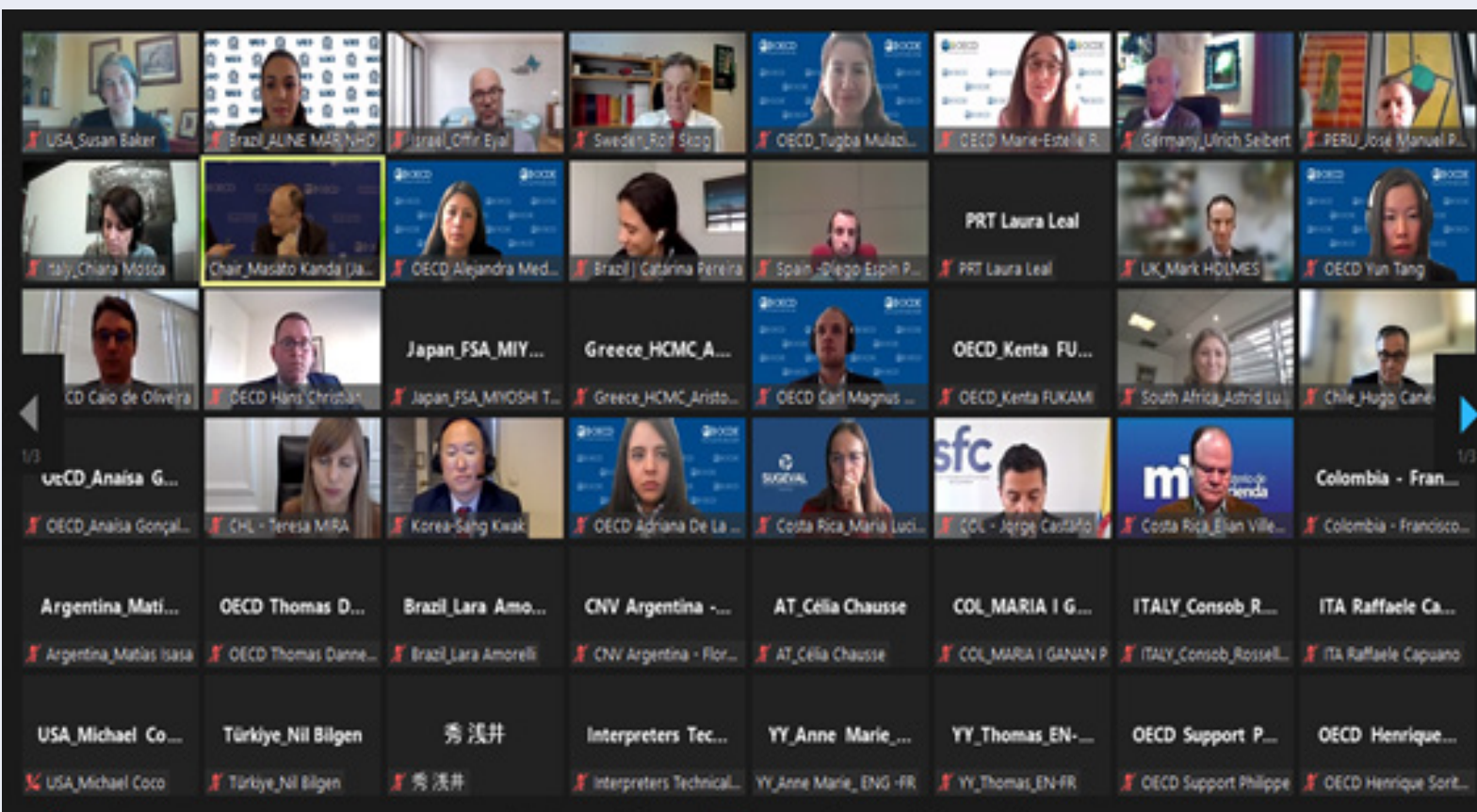
GOVERNANÇA CORPORATIVA

CGU participa da 42ª Reunião do Comitê de Governança Corporativa

Nos dias 24 e 25 de fevereiro de 2022, a CGU, representada pela Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção, participou da 42ª Reunião do Comitê de Governança Corporativa, organizada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, por videoconferência.

No evento foram discutidos temas

relacionados à governança corporativa, em especial: as tratativas para revisão dos [Princípios de Governança Corporativa do G20 e da OCDE](#), o processo de digitalização da governança corporativa, a importância dos temas de meio ambiente, sustentabilidade e governança (ESG, da sigla em inglês) nos mercados atuais e o papel dos comitês dos conselhos de administração para a governança.



Registro da reunião do Comitê de Governança Corporativa

CONDUTA EMPRESARIAL

Reunião do Grupo de Trabalho e avaliação por pares

Entre os dias 8 e 10 de março, a CGU participou da primeira reunião de 2022 do Grupo de Trabalho em Conduta Empresarial Responsável da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Representante da Diretoria de Promoção da Integridade acompanhou as discussões acerca do processo de revisão dos [Princípios de Governança Corporativa do G20 e da OCDE](#), bem como do processo de reavaliação para revisão das [Diretrizes da OCDE para Multinacionais](#), que orientam sobre a adoção de Conduta Empresarial Responsável.

Na ocasião, o Brasil, por meio de representante do Ministério da Economia, também atuou como avaliador do Ponto de Contato Nacional (PCN) para as Diretrizes da Suécia, em processo de avaliação entre pares, trazendo seu relato sobre a realização e os resultados da avaliação daquele país.

Entre os dias 14 e 17 de março, foi a vez de o Brasil ser avaliado. A OCDE e as contrapartes da Argentina, Alemanha

e Reino Unido conduziram a avaliação do Ponto de Contato Nacional, por meio de uma missão virtual.

Como membro do Grupo de Trabalho Interministerial do PCN, a CGU, representada pela Diretoria de Promoção da Integridade, contribuiu para expor o [trabalho realizado pelo PCN](#). As ações desenvolvidas envolvem tanto a disseminação das Diretrizes da OCDE para Multinacionais no Brasil, quanto a mediação de casos concretos de alegado descumprimento dessas diretrizes por empresas brasileiras ou que atuam no país.

As Diretrizes da OCDE para Multinacionais apresentam um capítulo dedicado à prevenção ao suborno, incluindo as boas práticas de integridade pelas empresas. Além disso, as Diretrizes abordam temas relacionados à preservação ao meio ambiente, ao respeito aos direitos trabalhistas e aos direitos humanos, dentre outros do escopo da Conduta Empresarial Responsável.

GOVERNO ABERTO E INOVAÇÃO

CGU participa do IV Encontro da Rede sobre Governo Aberto e Inovador na América Latina e Caribe

O evento ocorreu entre 23 e 25 de fevereiro, finalizando com uma reunião em 22 de março de 2022, e contou com a presença de representantes de governos de diversos países da região, além de organizações não-governamentais e organismos internacionais. Foi uma oportunidade para o compartilhamento de informações, boas práticas, ações e projetos relacionados a governo aberto e inovação.

A edição de 2022 focou questões importantes para os governos e cidadãos, com vistas à superação dos desafios dos últimos anos, em especial em consequência da pandemia da Covid-19. Os temas abordados trataram sobre: o papel da juventude na recuperação da América Latina; o fortalecimento da relação entre cidadãos e governos; e o uso Inteligência Artificial no Setor Público da região. O encontro foi também uma oportunidade para que a OCDE divulgasse o [Relatório da OCDE sobre Comunicação Pública](#) e a Pesquisa da OCDE sobre Governo Aberto, cujos resultados serão divulgados por completo, em breve.

O ministro da Controladoria-Geral da União, Wagner Rosário, representou o Brasil no [painel de abertura](#), quando destacou o comprometimento do país na implementação de uma Estratégia Nacional de Governo Aberto, que exigirá reformulações estruturais e administrativas, mudanças regulatórias e legais, bem como o aprimoramento dos canais de deliberação, comunicação, capacitação e promoção da participação social. Em outro painel, a chefe de gabinete da Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção, Simone Calil, apresentou as principais iniciativas que o Brasil tem desenvolvimento na agenda de governo aberto e os casos de sucesso implementados nos últimos anos.

A Rede é uma iniciativa lançada em 2015, que tem como copresidentes o Brasil e a Colômbia. A iniciativa visa promover o diálogo na região, com transferência e troca de conhecimento no que se refere a governo aberto, inovação no setor público e governo digital para promover o desenvolvimento socioeconômico e a integração regional. Saiba mais sobre a [Rede da OCDE sobre Governo Aberto e Inovador na América Latina e Caribe](#).

WGB

Grupo de Trabalho sobre Suborno Transnacional da OCDE elege nova presidente

O Grupo de Trabalho sobre Suborno Transnacional da OCDE (*Working Group on Bribery - WGB*) elegeu, durante a primeira reunião plenária de 2022, realizada em março passado, nova presidente para substituir o atual *chair*, Drago Kos.

O grupo elegeu a procuradora neerlandesa Daniëlle Goudriaan para assumir a presidência, pelo período de quatro anos, a partir de janeiro de 2023, com possibilidade de recondução. Representantes dos 44 países membros do WGB realizaram a eleição por consenso, dentre seis candidatos finalistas, após duas rodadas de votação.

Com mais de 20 anos de experiência, Goudriaan é atualmente procuradora do *European Public Prosecutor's Office*, tendo servido também como procuradora-coordenadora nacional para corrupção nos Países Baixos, integrante da delegação daquele país no WGB e presidente do grupo de *Law Enforcement Officials*.

A agenda de trabalho do grupo também incluiu a avaliação da fase 4 da Grécia, o *follow-up* de dois anos da fase 2 da Costa Rica e a convocação do embaixador japonês para apresentar explicações sobre falhas na implementação de



O diretor Marcelo Pontes em sua fala na reunião do WGB

recomendações prioritárias, desde a fase 2 de avaliação do país. Houve, ainda, a realização do *Tour de Table*, ocasião em que os países apresentam e discutem casos em andamento envolvendo suborno transnacional. O Brasil, por sua vez, apresentou o caso Asperbras, que contou com a cooperação de Portugal.

O WGB aprovou, ainda, requerimento da delegação brasileira sobre o adiamento do cronograma da fase 4 de avaliação. Conforme solicitado, a avaliação do Brasil está prevista para outubro de 2023.

A reunião plenária do WGB ocorreu em formato híbrido, na sede da OCDE, em Paris, durante os dias 7 e 11 de março, e contou com a participação presencial da chefe da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais da CGU, Elizabeth Cosmo, e do diretor de Responsabilização de Entes Privados, Marcelo Pontes Vianna. Representantes da Diretoria de Acordos de Leniência da CGU, da Advocacia-Geral da União e do Ministério das Relações Exteriores participaram virtualmente.

ESTATAIS

OCDE discute diretrizes sobre governança e integridade em estatais

Nos dias 30 e 31 de março de 2022, a Controladoria-Geral da União (CGU) participou da 37ª reunião do Grupo de Trabalho sobre Propriedade Estatal e Práticas de Privatização da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A Diretoria de Auditoria de Estatais representou a CGU na reunião, que se iniciou com discussões sobre a necessidade de atualização das [Diretrizes da OCDE sobre Governança Corporativa de Empresas Estatais](#). A última edição do documento foi em 2015 e, diante das revisões por pares realizadas ao longo desse período, o grupo de trabalho identificou essa necessidade. A revisão tem previsão para ser concluída em 2024 e irá abordar, de forma mais incisiva, a adoção de unidade centralizada para coordenação da propriedade estatal, incluindo um item sobre o papel da auditoria nas estatais. Ressalta-se que o Brasil foi

oficialmente aceito pela OCDE como aderente às Diretrizes de Governança Corporativa das Empresas Estatais, em outubro de 2021. A aceitação é resultado da avaliação realizada pela OCDE entre 2019 e 2020.

O grupo de trabalho também discutiu uma versão preliminar sobre remuneração da diretoria executiva e do conselho de administração das estatais, havendo previsão de o documento ser finalizado ainda nesse mês. Os delegados foram convidados a discutir uma versão provisória do documento, que trata de instrumentos para a implementação das [Diretrizes sobre Anticorrupção e Integridade em Estatais sobre o clientelismo, financiamento político e enriquecimento ilícito](#). A discussão teve o objetivo de apresentar uma versão revisada para a reunião de outubro de 2022.

RTA

GRUPO DE TRABALHO

Avança o projeto voltado a grupos em situação de vulnerabilidade

A Controladoria-Geral da União, por meio da Ouvidoria-Geral da União, coordenou o 4º *workshop* sobre o Direito de Acesso à Informação para os Grupos em Situação de Vulnerabilidade, no dia 25 de fevereiro. O projeto é uma iniciativa da Rede de Transparência e Acesso à Informação (RTA), com o objetivo de desenvolver um modelo metodológico para promover e implementar ações que garantam condições de acessibilidade para que grupos vulneráveis possam exercer, em igualdade de condições, o direito de acesso à informação na região latino-americana. No âmbito do projeto, cada país escolheu uma população para realizar estudos sobre os principais obstáculos que um grupo vulnerável enfrenta no acesso à informação pública para acessar os serviços públicos.

Considerando o diagnóstico político-institucional e participativo dos estudos em andamento, foi elaborado um guia metodológico para orientar a elaboração de planos de trabalho dos países membros da RTA. O *workshop* teve como produto a conclusão do guia, que será apresentado para aprovação da Assembleia da RTA, no XXII Encontro da Rede, que ocorrerá no dia 27 de abril, no

Chile. Caberá a cada país implementar o plano de trabalho desenvolvido para a população selecionada, em respeito às especificidades nacionais.

O Brasil desenvolve o plano de trabalho para comunidades quilombolas, em parceria com a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Ministério dos Direitos Humanos, do Ministério da Cidadania, do Ministério da Educação, do Ministério da Saúde, das Ouvidorias-Gerais do governo de Pernambuco e de Goiás e da organização Artigo 19. A próxima etapa do diagnóstico nacional é realizar consultas aos representantes das comunidades quilombolas nos estados parceiros.

Além do Brasil; representantes do *Instituto Nacional de Transparencia, Acceso a la Información y Protección de Datos Personales* do México; do *Consejo para la Transparencia* do Chile; da *Autoridad Nacional de Transparencia y Acceso a la Información* do Panamá; do *Instituto de Acceso a la Información Pública* de El Salvador; e da cooperação do Programa EusoSociAL participaram da atividade, em formato virtual.

NOVO PROTOCOLO

RTA discute Protocolo de Resposta a Crises

Em 25 de março de 2022, a Rede de Transparência e Acesso à Informação (RTA) realizou a primeira reunião do Grupo de Trabalho para gerar um Protocolo que guie as ações de cooperação e as respostas proferidas pela Rede diante de crises que resultem na vulnerabilidade do acesso à informação.

O Grupo de Trabalho foi proposto e aprovado na reunião do Conselho Diretivo da RTA do dia 27 de janeiro de 2022. A Ouvidoria-Geral da União representou a CGU nesta primeira reunião, que teve como objetivo alinhar perspectivas e objetivos com vistas a orientar a elaboração dos termos de referência do Protocolo de Crise.

ONU

AMÉRICA DO SUL E MÉXICO

Plataforma Regional para Aceleração da Implementação da UNCAC realiza reunião

O Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crime (Unodc) realizou, entre os dias 14 e 17 de março, na Cidade do México, a segunda reunião da Plataforma Regional para América do Sul e México para Aceleração da Implementação da Convenção da ONU contra a Corrupção (Uncac).

O encontro reuniu autoridades de órgãos de combate à corrupção da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru e Uruguai, a fim de realizarem um balanço dos avanços alcançados e dos desafios enfrentados na implementação dos compromissos assumidos durante a primeira reunião da Plataforma, realizada em Cartagena, na Colômbia, em 2019. Além disso, os representantes definiram novas áreas temáticas prioritárias para acelerar a implementação da Uncac na região.

A delegação brasileira foi composta por representantes da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais da CGU, da Advocacia-Geral da União e do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Internacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O Brasil apresentou os principais avanços alcançados nas quatro áreas programáticas identificadas como prioritárias em 2019: i) sistemas de integridade com ênfase em declaração de ativos e conflito de interesses; ii) responsabilização de pessoa jurídica com foco em programas de *compliance* corporativo; iii) proteção ao denunciante; iv) cooperação internacional.

O servidor Rafael Ramos da Luz destacou, entre outros pontos, a operacionalização do sistema e-Patri como ferramenta

integrada de gestão da declaração de ativos e conflito de interesses de servidores públicos federais; o papel central do instrumento do acordo de leniência na responsabilização de pessoas jurídicas e na promoção da integridade no setor privado, bem como as exigências nessa área trazidas pela nova Lei de Licitações e Contratos; a recente publicação do Decreto 10.890/2021, que estabelece importantes medidas de proteção ao denunciante, e as funcionalidades da Plataforma Fala.BR, imprescindível para a devida salvaguarda da identidade e das informações do denunciante; e a importância da prestação ampla de cooperação internacional em matéria civil e administrativa, especialmente àquela relacionada com os processos de responsabilização de pessoa jurídica.

A CGU foi convidada, ainda, a participar de outros dois painéis sobre os temas de "corrupção e gênero" e "tecnologia como aliada no combate à corrupção".

No painel de gênero, o servidor apresentou, em maiores detalhes, o Programa de Fiscalização por Sorteios Públicos, que aparece em destaque, como boa prática de política neutra de gênero, na [publicação do Unodc sobre o tema](#). Além do programa, ressaltou a existência da Plataforma Fala.BR e suas funcionalidades de proteção à identidade do denunciante, de acesso fácil e gratuito, como ferramenta importante de inclusão e participação de grupos vulneráveis da sociedade. Por fim, destacou as políticas de integridade dos órgãos federais e as medidas de combate ao assédio moral e sexual no setor público.



O servidor Rafael Ramos da Luz e demais participantes do evento ocorrido na Cidade do México

Em relação ao uso de tecnologia no combate à corrupção, abordou-se, principalmente, o impacto da pandemia no aumento do uso de ferramentas tecnológicas pelo governo federal e, especialmente, pela CGU para prevenir, detectar e combater a corrupção em meio à crise sanitária. Foram apresentados, como boas práticas, os sistemas ALICE, FARO e e-Patri, que empregam ferramentas tecnológicas modernas aos processos de trabalho da CGU, além do cruzamento de dados para detecção de fraudes no pagamento do Auxílio Emergencial.

Por fim, os delegados debateram e definiram, por consenso, as novas áreas programáticas prioritárias, os objetivos e as ações a serem implementadas com o intuito de acelerar a implementação regional da Uncac. Os novos temas são: anticorrupção no setor privado; sistemas de integridade pública e transparência; proteção aos denunciantes; contratações públicas; e corrupção e Justiça. A previsão é que os países se reúnam novamente dentro de alguns anos para avaliarem os progressos alcançados.

OEA

MESICIC

Peritos apresentam avanços na implementação de recomendações e Brasil compartilha experiências em proteção ao denunciante

A XXXVII Reunião da Comissão de Peritos do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (Mesicic) ocorreu em formato virtual, entre os dias 14 e 17 de março de 2022. A delegação do Brasil contou com representantes da Advocacia-Geral da União (AGU), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério Público Federal, além da Controladoria-Geral da União (CGU), que chefiou a delegação por meio da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais (Aint).

Nessa primeira sessão do ano, os Estados membros apresentaram informações sobre o relatório dos principais progressos na implementação das recomendações emitidas pelo Mecanismo, no período entre março de 2021 e fevereiro de 2022. Para esse relatório, a Aint recebeu contribuições de todas as secretarias da CGU, além de órgãos federais, do Ministério Público e do Judiciário.

A chefe da Aint, Elizabeth Cosmo, realizou a apresentação do Brasil, destacando a aprovação da nova



Registro dos peritos na abertura do Mesicic

Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, a qual responde a uma série de recomendações feitas ao país, no âmbito da quinta rodada de avaliação do Mesicic. Mencionou que a Lei legitimou penas mais severas para irregularidades constatadas nos processos de contratação com órgãos e entidades públicas; revisou as hipóteses de dispensa de licitação e instituiu o Portal Nacional de Contratações Públicas, que tem

como principal objetivo promover a transparência e a publicidade aos processos de licitações e contratações.

Outro destaque relatado foi o lançamento do Sistema de Integridade Pública do Poder Executivo Federal (Sipef), em julho de 2021, que tem por objetivo ampliar a efetividade dos programas de integridade dos ministérios, autarquias e fundações públicas, aumentando a prevenção a atos de corrupção no Brasil.

Destaques do relatório do Brasil 2021-2022:

- Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021;
- Lançamento do Sistema de Integridade Pública do Poder Executivo Federal, por meio do Decreto 10.756, publicado no Diário Oficial da União no dia 28 de julho de 2021;
- Realização do concurso público para a contratação de 375 novos servidores para a CGU, em que contribui para o fortalecimento do órgão e, conseqüentemente, auxilia no atendimento a diversas recomendações do Mesicic;
- Implementação de 60 ações do Plano Anticorrupção, que contém 154 compromissos de órgãos como a CGU, AGU, MJSP e Ministério da Economia. As ações do Plano, que têm duração até 2025, foram desenhadas tendo como base diagnóstico que incluiu, entre outros elementos, recomendações dos diferentes foros internacionais anticorrupção, dentre eles o Mesicic;
- Os esforços da AGU cumprir a recomendação feita na quarta rodada, que diz respeito ao aumento do nível de recuperação efetiva para o erário das multas aplicadas e dos débitos imputados pelo Tribunal de Contas da União e, que inclui a implantação do Módulo Dívida do sistema Sapiens, dentre outros.

A programação da XXXVII Reunião da Comissão de Peritos do Mesicic contou também com uma sessão especial sobre *"Experiências e lições aprendidas na proteção de funcionários públicos e cidadãos que denunciam atos de corrupção de boa fé"*.

Representando o Brasil, o Ouvidor-Geral da União, Valmir Dias, realizou apresentação sobre os avanços e desafios na proteção ao denunciante no país, destacando a criação do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal (SisOuv); a Ferramenta de Análise de Riscos

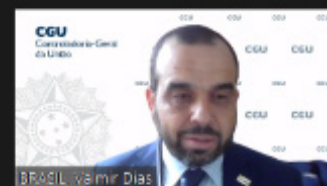
em Ouvidoria (FARO) e as recentes regulamentações trazidas em 2019 e 2021, com o Decreto nº 10.153/2019, sobre proteção à identidade dos denunciante de ilícitos e de irregularidades praticados contra a administração pública federal, e o Decreto nº 10.890/2021, que dispõe sobre a proteção aos denunciante de ilícitos e de irregularidades praticados contra a administração pública federal.

Durante a reunião, foram, ainda, debatidos os relatórios de avaliação da sexta rodada de Argentina e Honduras.



Protección al denunciante en Brasil: avances recientes y próximos desafíos

Valmir Gomes Dias
Ouvidor-General de la Unión
Contraloría-General de la Unión



Registro da apresentação do Ouvidor-Geral da União, Valmir Gomes Dias

NCPA

WEBINÁRIO

Rede discute regulamentação do lobby

A Controladoria-Geral da União (CGU) participou, no dia 15 de março de 2022, do webinar "Tendências e Desafios na Regulamentação do *Lobby*", promovido pela Rede de Autoridades de Prevenção da Corrupção (*Network of Corruption Prevention Authorities* – NCPA).

Servidores da Secretaria de Combate à Corrupção, da Secretaria-Executiva, da Comissão de Ética e da Secretaria de

Transparência e Prevenção da Corrupção representaram a CGU, incluindo o diretor de Prevenção da Corrupção, Márcio Denys Pessanha Gonçalves, e os servidores Raimer Rodrigues Rezende e Willy Patrick de Freitas Torriani, que participam de projetos ligados à pauta sobre transparência de agendas e *lobby*.

O evento contou com a presença de representantes das autoridades

da Rede, bem como representantes do setor público, associações empresariais e da Academia.

Representantes da OCDE, as Autoridades Anticorrupção da Grécia e Sérvia e a Autoridade de *Lobby* de Quebec, Canadá, apresentaram os padrões internacionais, desenvolvimentos recentes na área e compartilharam lições aprendidas e boas práticas de sua experiência na regulação de atividades de *lobby*. Os participantes tiveram a oportunidade, ainda, de colocar questões e discutir aspectos práticos relativos à concepção e à implementação de políticas de *lobby*.

A temática vem sendo trabalhada mais fortemente na CGU desde 2019, contemplando ações que integram o [Plano Anticorrupção 2020-2025](#). Em 2022, uma série de desafios tem se apresentado, em virtude da entrada em vigor do Decreto nº 10.889/2021, bem como com a submissão, ao Congresso Nacional, do [Projeto de Lei nº 4.391/2021](#), sobre a regulamentação da representação privada de interesses (*lobby*).

O Decreto dispõe sobre a divulgação da agenda de compromissos públicos e a participação de agentes públicos, no âmbito do Poder Executivo federal, em audiências e sobre a concessão de hospitalidades por agente privado; com a previsão da implementação do Sistema Eletrônico de Agendas do Poder Executivo federal - e-Agendas.

Sobre a Rede

Criada em 2018, na ocasião de uma conferência do Grupo de Estados contra a Corrupção do Conselho da Europa, a [NCPA](#) tem o objetivo de fortalecer a

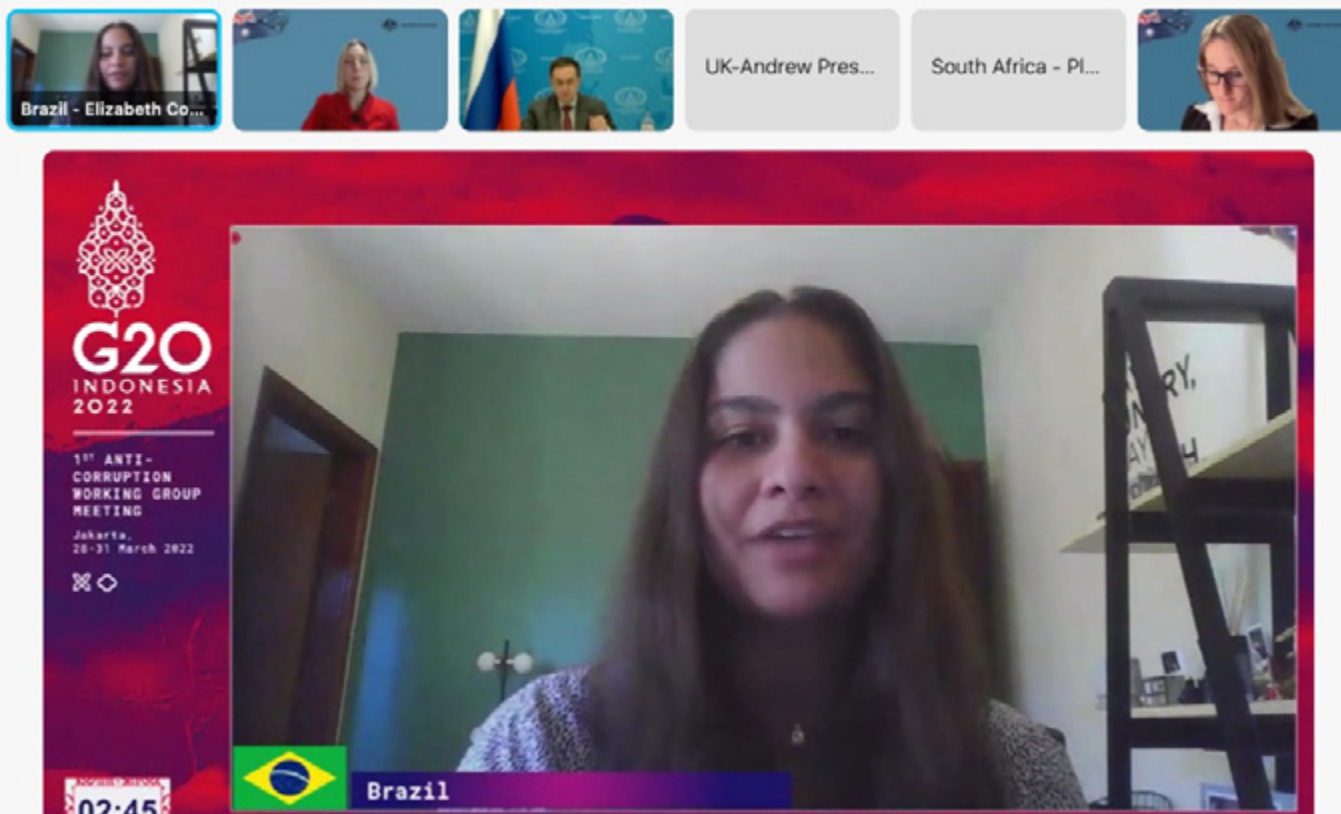
cooperação entre pares para melhor detectar e prevenir a corrupção. Além da troca de informações, o intuito da iniciativa é contribuir para o fortalecimento da capacidade e da independência operacional dos órgãos, reconhecer padrões internacionais para prevenção da corrupção e estimular parcerias que promovam a integridade. Atualmente, a NCPA é composta por 31 membros e 6 entidades afiliadas.



G20

ACWG

Grupo Anticorrupção realiza primeira reunião do ano



Elizabeth Cosmo, chefe da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais, em apresentação, durante o encontro do ACWG/G20

O Grupo de Trabalho Anticorrupção do G20 (ACWG) realizou, em formato virtual, a primeira reunião de 2022, durante os dias 28 a 31 de março, sob a copresidência da Indonésia e Austrália. A delegação brasileira foi chefiada pela titular da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais da CGU, Elizabeth Cosmo, e contou com a participação especial do diretor de Responsabilização de Entes Privados, Marcelo Pontes Vianna.

Nessa primeira reunião, os países do grupo se debruçaram sobre a negociação do texto dos Princípios de Alto Nível sobre o aprimoramento do papel da auditoria no

combate à corrupção, além de aprovarem o formato e o cronograma de implementação de outros importantes documentos, como o Relatório de *Accountability* para 2022; o questionário sobre Participação social e Programas educacionais anticorrupção; a nota conceitual sobre o gerenciamento de riscos no setor de energia renovável; e o questionário sobre Medidas de supervisão e marcos regulatórios sobre profissionais da área jurídica para mitigar riscos de lavagem de dinheiro relacionados à corrupção.

A agenda de trabalho contou, ainda, com sessões dedicadas à apresentação de organizações internacionais parceiras

(Unodc, OCDE, FMI, Banco Mundial, GAFI e Interpol), ao diálogo com grupos de engajamento no âmbito do G20 (*Academia 20; Business 20, Civil Society 20*, entre outros), à atualização sobre iniciativas em andamento estabelecidas por presidências anteriores (Rede GlobE e Projeto de Mensuração da Corrupção), além de painel temático sobre progressos no combate ao suborno transnacional.

O diretor Marcelo Pontes Vianna representou o Brasil no painel sobre suborno, apresentando a experiência brasileira em casos multijurisdicionais e as boas práticas do país nessa área. O diretor destacou, entre outros pontos, os desafios para uma cooperação internacional efetiva, as particularidades do arcabouço normativo brasileiro, a

inserção e participação ativa do país em redes especializadas de aplicadores da lei e exemplos de casos bem-sucedidos de cooperação multijurisdicional para responsabilização de pessoas jurídicas.

Por fim, o encontro foi concluído com a realização de reunião conjunta entre o G20/ACWG e a OCDE, no âmbito do Fórum Global Anticorrupção e Integridade, com a condução de sessões sobre a efetividade das auditorias interna e externa na proteção da integridade pública em meio à pandemia e sobre o combate à corrupção e promoção da integridade no setor de energia renovável.

A próxima reunião do G20/ACWG está prevista para ocorrer no período de 5 a 8 de julho, em formato ainda a definir.



G20
INDONESIA
2022

1ST ANTI-CORRUPTION WORKING GROUP MEETING
Jakarta, 28-31 March 2022



Marcelo Pontes Vianna
Brazil

09:55



Controladoria-Geral da União

Multijurisdictional cooperation experience

The Brazilian experience

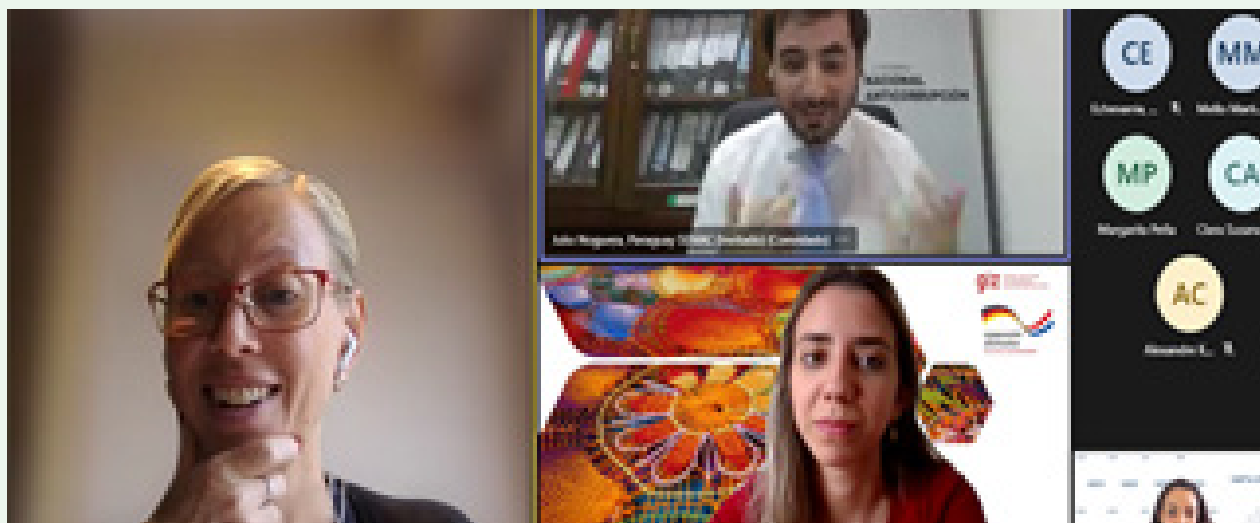



O diretor Marcelo Pontes durante apresentação sobre cooperação multijurisdicional

COOPERAÇÃO

COOPERAÇÃO TRILATERAL

Projeto visa fortalecer a integridade no Paraguai



Participantes do projeto de cooperação trilateral durante a última reunião

A CGU participa, por meio de representantes da Coordenação-Geral de Integridade Privada (CGIPRIV) da Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção e da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais, do projeto "Fortalecendo a integridade para superar tempos de crise", por meio de cooperação trilateral entre Alemanha, Brasil e Paraguai. Por parte da Alemanha participam representantes da *Alliance for Integrity*, pelo Paraguai, representantes da Secretaria Nacional Anticorrupção e do Ministério da Indústria e Comércio. Pelo Brasil, além da CGU, participam representantes da Agência Brasileira de Cooperação e do Ministério das Relações Exteriores.

Em 18 de março de 2022, os integrantes do projeto realizaram uma nova reunião, a fim de discutir sobre os documentos preparatórios para que o Selo de Integridade do Paraguai seja lançado

em maio de 2022. Os documentos foram elaborados pela consultora Paula Honisch e consistem em: questionário do Selo para empresas similar ao do Pró-Ética, e regulamentos do Selo e das instâncias responsáveis, que são a Mesa Técnica e o Comitê de Avaliação.

O grupo discutiu melhorias e ajustes nos documentos. Após a aprovação desses documentos, será elaborado um guia de orientação às empresas. A previsão é que o Selo de Integridade do Paraguai seja lançado em meados de maio de 2022. Posteriormente, haverá a abertura das inscrições, análise de admissibilidade e avaliação dos questionários.

No segundo semestre de 2022, a CGIPRIV realizará a capacitação dos avaliadores, a partir das documentações que estão em fase final de ajustes e aprovação. Estima-se que a concessão do Selo às empresas premiadas ocorra em dezembro de 2022.

REGULAÇÃO

Quatro novas agências reguladoras são beneficiadas com as consultorias do Programa de Aprimoramento da Qualidade da Regulação Brasileira - QualiREG

Em 16 de fevereiro de 2022, o Consultor PNUD Ênio Leal iniciou os trabalhos de elaboração de planos de ação para a implementação de aprimoramentos na gestão de riscos regulatórios e nos processos de fiscalização de quatro novas agências reguladoras beneficiadas com as consultorias do QualiREG. São estas:

- Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina
- Agência Estadual de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos do Estado do Maranhão
- Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais
- Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos

Por meio do fortalecimento das agências reguladoras infranacionais, a CGU, em iniciativa conjunta com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos objetiva contribuir com

o atendimento à recomendação [OECD-LEGAL-390](#), do Conselho de Política Regulatória e Governança da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que afirma que “a regulação adequada é um instrumento chave para promover a prosperidade econômica, aumentar o bem-estar e promover o interesse público”.

Para os próximos meses, serão selecionados 6 novos consultores para atender mais 24 agências reguladoras no âmbito do QualiREG, iniciativa que estimula a articulação e a coordenação com os entes federativos para cooperar com o desenvolvimento de infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente para o Brasil.

O QualiREG é desenvolvido pela Diretoria de Auditoria de Políticas de Infraestrutura da Secretaria Federal de Controle Interno. Mais informações em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/auditoria-e-fiscalizacao/qualireg> ou, pelos e-mails sfc.di@cgu.gov.br e sfc.creg@cgu.gov.br.